

# OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X  
E-ISSN 2184-173X



CENTRO DE ARQUEOLOGIA  
DA UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

uniarq

7 - 2023



# OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



**OPHIUSSA** REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

PUBLICAÇÃO ANUAL · ISSN 1645-653X · E-ISSN 2184-173X

## Volume 7 - 2023

**DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Ana Catarina Sousa

Elisa Sousa

**CONSELHO CIENTÍFICO**

André Teixeira

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Carlos Fabião

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Catarina Viegas

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Gloria Mora

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

Grégor Marchand †

CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE

João Pedro Bernardes

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

José Remesal

UNIVERSIDADE DE BARCELONA

Leonor Rocha

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Manuela Martins

UNIVERSIDADE DO MINHO

Maria Barroso Gonçalves

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA

Mariana Diniz

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Raquel Vilaça

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Victor S. Gonçalves

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Xavier Terradas Battle

CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

**SECRETARIADO**

André Pereira

**CAPA**

Urna pintada da II Idade do Ferro da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal).

**COORDENADOR DAS RECENSÕES E REVISOR DE ESTILO**

Francisco B. Gomes

**PAGINAÇÃO**

TVM Designers

**IMPRESSÃO**

AGIR – Produções Gráficas

**DATA DE IMPRESSÃO**

Dezembro de 2023

**EDIÇÃO IMPRESSA (PRETO E BRANCO)**

300 exemplares

**EDIÇÃO DIGITAL (A CORES)**[www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt)

ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X

DEPÓSITO LEGAL 190404/03

A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).



Copyright ©Revista Ophiussa 2023

**EDIÇÃO**

UNIARQ – Centro de Arqueologia

da Universidade de Lisboa,

Faculdade de Letras de Lisboa

1600-214 Lisboa.

[www.uniarq.net](http://www.uniarq.net)[www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt](http://www.ophiussa.lettras.ulisboa.pt)[uniarq@lettras.ulisboa.pt](mailto:uniarq@lettras.ulisboa.pt)

Revista fundada por Victor S. Gonçalves (1996).

O cumprimento do acordo ortográfico de 1990 foi opção de cada autor.

Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/00698/2020 e UIDP/00698/2020.

## ÍNDICE

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
.....	
O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas) ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA, JUAN FRANCISCO GIBAJA	31
.....	
Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES	61
.....	
A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada FRANCISCO B. GOMES	95
.....	
A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim) JOÃO PIMENTA	121
.....	
O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana INÊS RASTEIRO	141
.....	
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO, ANA ANDÚJAR SUÁREZ, DANIEL CARVALHO, FREDERICO AGOSTO)	161
.....	
<i>In memoriam</i> Grégor Marchand (1968-2023)	183
.....	
Política editorial	187
.....	
Editorial policy	188
.....	
Avaliadores Ophiussa (2012-2023)	191
.....	



# A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim)

## The Roman Republican occupation of Eira da Alorna (Almeirim)

JOÃO PIMENTA

Museu Nacional de Arqueologia

UNIARQ – Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras,  
Universidade de Lisboa.

[joaopimenta@mnaarqueologia.dgpc.pt](mailto:joaopimenta@mnaarqueologia.dgpc.pt)

<https://orcid.org/0000-0001-5149-5566>

*Lusitânia querida! Se não choro  
Vendo assim lacerado o teu terreno,  
Não é de ingrata filha o dó pequeno;  
Rebeldes julgo os ais, se te deploro.*

(Marquesa de Alorna, in *Reis*, 2015, p. 73)

**RESUMO:** A intensidade dos trabalhos agrícolas levados a efeito, desde há longas décadas, na Eira da Alorna, em Almeirim, tem contribuído para a destruição de este importante sítio arqueológico. O estudo dos abundantes materiais recuperados à superfície que temos vindo a desenvolver, permitem compreender não só a sua importância, mas também a sua longa diacronia de ocupação.

A primeira instalação humana data do final do Calcolítico, atestada pela presença de cerâmica campaniforme, destaca-se a ocupação durante a proto-história e em particular a sua ocupação sidérica que atravessa toda a Idade do Ferro. Os dados sobre a utilização deste espaço durante o período romano republicano são aqui trazidos à colação, analisados e discutidos.

A Eira da Alorna mereceu também ser avaliada, devidamente, no seu contexto regional, uma vez que se insere numa rede de povoamento, densa e contínua, que se implantou na margem esquerda do rio, e que mantém uma relação privilegiada e estreita com o núcleo urbano de *Scallabis*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Povoamento, Conquista, Exército, Tejo, Comércio.

**ABSTRACT:** The intensity of agricultural work carried out for many decades in Eira da Alorna, Almeirim, has contributed to the destruction of this important archaeological site. The study of the abundant materials recovered from the surface that we have been developing allows us to understand not only their importance, but also their long period of occupation.

The first human installation dates from the end of the Chalcolithic, attested by the presence of pottery. Its occupation during proto-history stands out, and in particular its Iron Age occupation. Data on the use of this space during the Roman republican period are presented here, analyzed and discussed. Eira da Alorna also deserved to be evaluated, duly, in its regional context, since it is part of a dense and continuous settlement network, which was implanted on the left bank of the river, and which maintains a privileged and close relationship with the city of *Scallabis*.

**KEYWORDS:** Settlement, Conquest, Army, Tagus, Commerce.

## 1. INTRODUÇÃO

A estação arqueológica da Eira da Alorna, concelho e freguesia de Almeirim (Fig. 1), corresponde ao CNS N.º 2165. Desenvolve-se no topo e encostas de um amplo terraço quaternário do Tejo implantado sobre uma curva da vala de Alpiarça situado dentro da extensa quinta histórica da família Alorna, como o topónimo indica correspondia à zona de eira da propriedade (Figs. 2 e 3). A dispersão de materiais arqueológicos à superfície abrange uma área considerável que se estende ao longo de cerca de três hectares. Destaca-se a sua implantação mesmo em frente ao morro da alcáçova de Santarém, gozando de uma ampla visibilidade sobre o vale do Tejo.

As mais antigas referências ao valor arqueológico da Quinta de Alorna encontram-se no arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, onde entre as notas arqueológicas presentes no Legado de José de Leite de Vasconcellos identifica-se uma breve referência a uma sua visita, datada de quatro de junho de 1916. “Exc. A Almeirim/4.VI.916. Com o S. Belford/e o Dr. Mateus Barbosa visitei/a vasta Quinta da Alorna onde/tem aparecido: machado de pedra, loiça/pré-histórica, numismas arábicos, loiça portug./ant., tudo no campo em escava/ções agrárias. Obtive de tudo.”

Fruto desta aquisição surge o primeiro estudo científico referindo a ocupação proto-histórica desta estação. Schubart (1971: 166) no âmbito de um trabalho de revisão sobre a cerâmica da Idade do Bronze tardio refere a existência de materiais com esta proveniência, depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Posteriormente, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade mencionam a Eira da Alorna, atribuindo-lhe o n.º 51 da lista de sítios inseridos no seu questionável conceito de cultura de Alpiarça (Marques – Andrade 1974). Nos anos oitenta do século passado, no contexto do levantamento da Carta Arqueológica do concelho de Almeirim, o sítio é referenciado e inventariado, tendo sido reconhecida, pela primeira vez, uma ocupação romana (Henriques 1982; 1987). Tendo em conta este inventário, José Quinteira realiza trabalhos de prospeção no local, no âmbito da sua dissertação de mestrado sobre o povoamento romano na área da cidade de *Scallabis*, interpretando e classificando a jazida como *Villa Romana* (Quinteira 1996: 113-114).

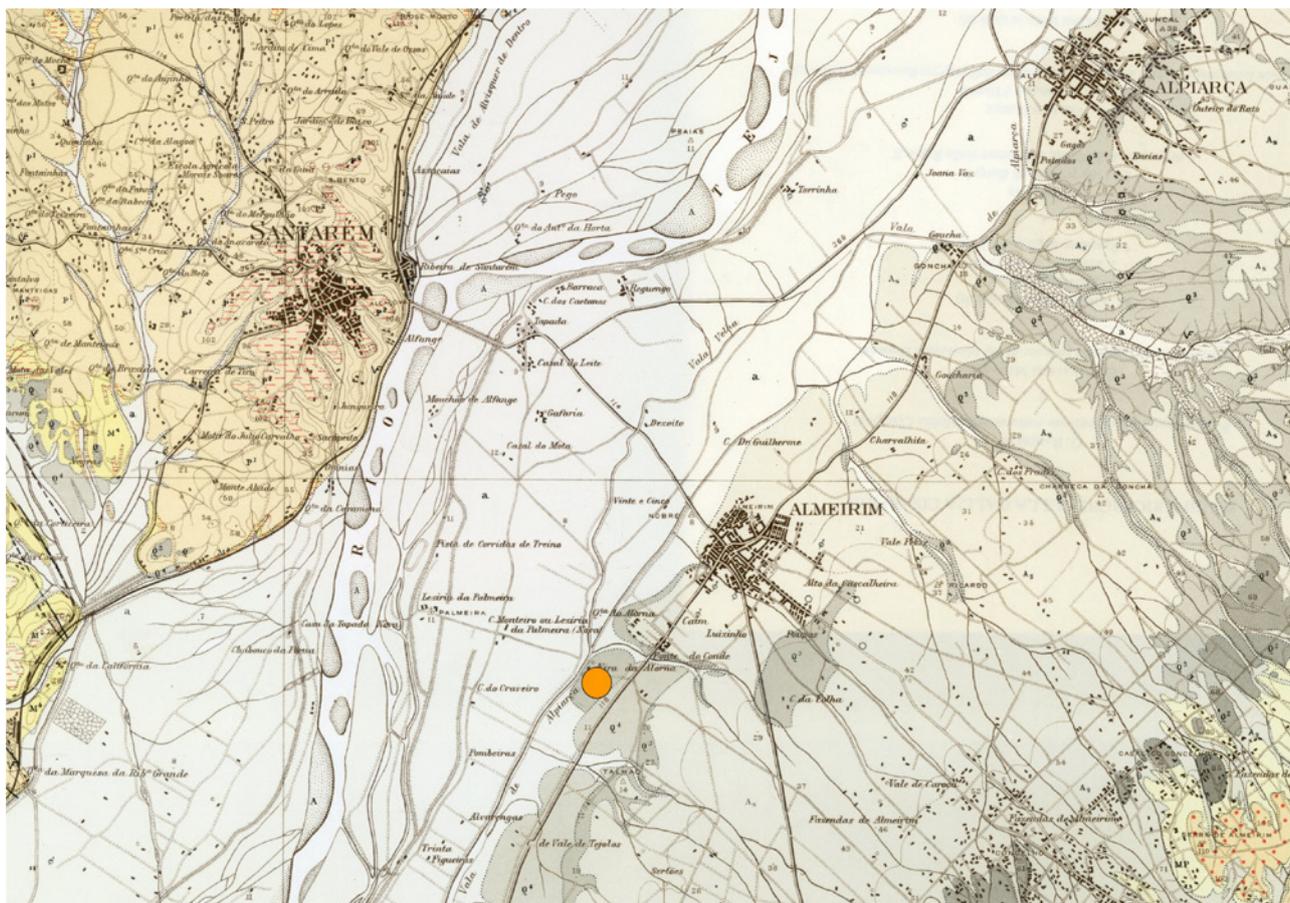


**FIG. 1** Planta de localização do sítio de Eira da Alorna no mapa da Península Ibérica em geral e do vale do Tejo em particular.

Desde as últimas duas décadas do século XX que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim (A.D.P.H.C.A.) tem desenvolvido um papel relevante na recolha e inventariação dos mais remotos vestígios de ocupação do seu território, entre os quais se contam os da Eira da Alorna. A frutífera colaboração com esta instituição tem conduzido ao estudo e à divulgação das ricas coleções depositadas quer no Museu da A.D.P.H.C.A., quer no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta – Henriques – Mendes 2012; Pimenta – Mendes – Henriques 2014).

Apesar de, como vimos, a riqueza arqueológica e a longa diacronia de ocupação de Eira da Alorna ter sido reconhecida e assinalada desde cedo, nunca houve no local qualquer intervenção arqueológica devidamente organizada que visasse o seu estudo integrado, que, assim, tarda em ser efetuado. Paralelamente mantém-se uma intensa exploração agrícola do local, com as consequentes destruições de um rico e diversificado património arqueológico.

No âmbito do Projecto FETE - Fenícios no Estuário do Tejo, efetuou-se um estudo detalhado dos prolíferos espólios pré-romanos com esta proveniência. Este trabalho veio trazer à colação a relevância desta estação e a sua forte relação durante a Idade do Bronze



**FIG. 2** Localização da estação de Eira da Alorna na folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000.



**FIG. 3** Vista geral da implantação do sítio de Eira da Alorna, com a alcáçova de Santarém em plano de fundo. Fotografia Henrique Mendes.

Final e Idade do Ferro com a Alcáçova de Santarém (Pimenta *et al.* 2018). Por uma questão prática decidiu-se deixar para outro enquadramento o estudo do acervo de época romana. Parte da informação foi, recentemente, incluída num trabalho mais vasto que tem como intuito o estudo das dinâmicas de conquista romana do baixo Tejo e península de Lisboa (Pimenta 2022). Conquanto a relevância e dimensão dos dados merece a nosso ver um estudo específico que ora trazemos a público.

## 2. A OCUPAÇÃO ROMANO REPUBLICANA

Desde os primeiros estudos relativos a esta estação, ficou claro que o povoado de Eira da Alorna evidencia grande dinamismo e poder aquisitivo ao longo da Idade do Ferro, mas também, que este, alcança os primeiros momentos de contacto com o mundo romano entrando em interação com a nova potência conquistadora (Pimenta – Mendes – Henriques 2014). A relevância desta ocupação e a sua acuidade no âmbito da precoce presença militar romana na margem esquerda do Tejo foi recentemente apresentada tendo-se aí publicado os principais materiais que sustentam a cronologia do sítio (Pimenta 2022: 651-653).

Para uma correta discussão do significado do sítio, cronologia e possível interpretação decidi voltar ao conjunto artefactual depositado no Museu Municipal de Almeirim e no Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX), fornecendo uma leitura geral da informação disponível à data.

Foi possível estudar um expressivo acervo de materiais cerâmicos, composto por ânforas, verniz negro Itálico, paredes finas e cerâmicas comuns, assim como um conjunto de numismas de prata e alguns artefactos líticos.

### 2.1. Os numismas

No Museu Municipal de Almeirim encontra-se depositado um conjunto de moedas recolhidas na Eira da Alorna em data indeterminada, mas que já aí se encontravam na década de setenta do século passado (Pimenta – Mendes – Henriques 2014: 287) (Fig. 4).

O conjunto é homogéneo podendo corresponder a um entesouramento romano republicano do qual

se preservou seis denários de prata. Apenas destoa nesta amostragem um exemplar, que aliás evidencia distinta patine, correspondendo a um Denário de NERVA – RIC 34 – 96-98 d.C. A presença deste numisma mais recente coincide com a provável ocupação da área da Quinta de Alorna como *Villa* durante o Principado (Quinteira 1996: 113-114). A presença de conjuntos de *terra sigillata* Gálica e Africana, ânforas de produção lusitana e bética, material de construção, mármore de revestimento e referência a mosaicos, numa área distinta da que ora nos ocupamos, situada mais perto do edifício setecentista da quinta da Alorna sustenta esta interpretação. Esperamos num futuro próximo apresentar estes elementos de forma circunstanciada.

Entre os seis denários itálicos republicanos, o mais antigo corresponde a um denário de C. Font - 114-113 a.C. (RRC, 290/1) (Fig. 4, n.º 1). O restante conjunto é mais tardio, de inícios do séc. I a.C., sendo da primeira década o denário de Q. TITI., de 90 a.C. (RRC, 341/1) (Fig. 4, n.º 2) e o de L.PISO L.F.L.N. FRVGI, datável de 90 a.C. (RRC, 340/1) (Fig. 4, n.º 4). Imediatamente posterior a estes é o denário de L.TITVRI LF. SABINVS datado de 89 a.C. (RRC, 344/2B) (Fig. 4, n.º 3) seguido do de L.CENSOR datável de 82 a.C. (RRC, 363/1d) (Fig. 4, n.º 5). O mais recente é o denário de L. LUCRETI TRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1) (Fig. 4, n.º 6) (Crawford 1974).

O conjunto de seis denários romano republicanos recolhidos em Eira da Alorna e depositados no Museu de Almeirim foram cunhados num período de tempo que vai de 114 a 76 a.C., com esta última data a ser balizada por um exemplar de L. LUCRETI TRIO datado de 76 a.C. (RRC, 390/1). A confirmar-se a possibilidade de esta peça representar efetivamente o exemplar mais recente do depósito, o que temos que admitir não é de todo seguro, teríamos aqui um *terminus post quem* para a realização da ocultação. Poderemos assim, estar na presença de um conjunto monetário hipoteticamente integrável no grupo das deposições registadas na faixa litoral entre os rios Douro e o Tejo associáveis ao conflito sertoriano (82-72 a.C.) (Ruivo 1997; Barbosa 1998-2002; Blázquez Cerrato, 2002; Ruivo *et al.* 2015). Não podemos deixar de sublinhar a concentração deste tipo de depósitos na zona do baixo Tejo e em particular na zona em torno de Santarém (Pimenta 2022: 699, Fig. 176).



**FIG. 4** Conjunto de denários depositados no Museu Municipal de Almeirim.

## 2.2. As cerâmicas de mesa

Como é usual em sítios resultantes de recolhas de superfície, os materiais em depósito são poucos em cerâmicas de mesa. Porém, entre o acervo proveniente de Eira da Alorna, preserva-se um pequeno, mas coerente, conjunto de verniz negro itálico, de imitações de campaniense em pasta cinzenta, e de cerâmica de paredes finas.

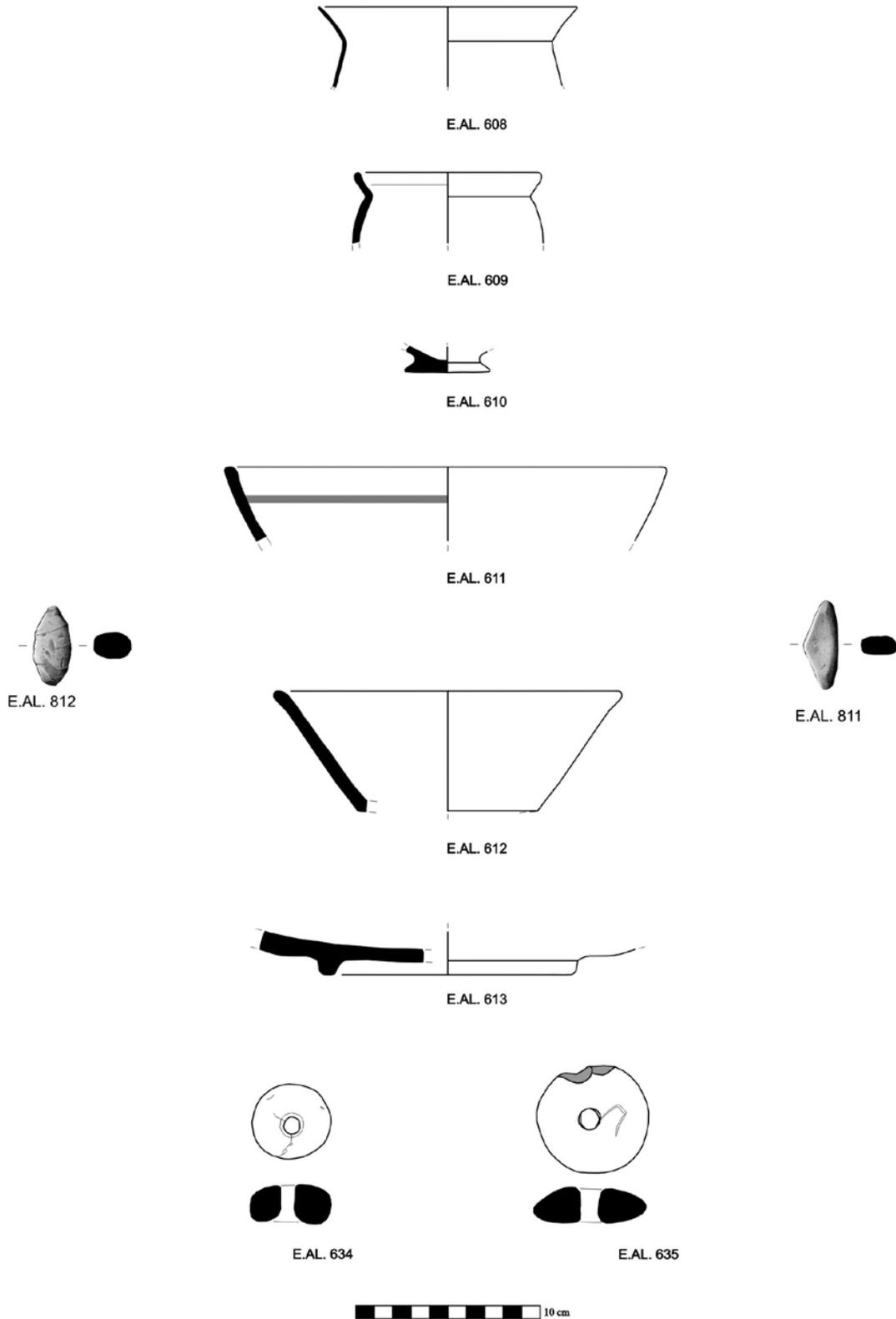
O conjunto de verniz negro itálico é constituído por seis fragmentos de produções napolitanas (campaniense A), sendo que cinco são paredes de taças, ainda que inclassificáveis no que diz respeito à sua tipologia e o outro elemento um fragmento bem preservado de taça da forma Lamboglia 31 (Fig. 5, E.Al. 611) (Lamboglia 1952). Esta taça evidencia um verniz negro espesso e bem aderente com reflexo metálico, apresentando do lado interno uma linha paralela ao lábio com pintura a branco. Este tipo de decoração é característico destas produções de verniz negro, estando normalmente associado à sua fase clássica média (180-100 a.C.) (Principal – Ribera i Lacomba 2013: 115). No vale do Tejo as decorações pintadas em campaniense são raras e encontram-se associadas aos primeiros momentos da fase da conquista romana (Soria 2018).

A par destas produções, identificam-se alguns fragmentos de imitação de verniz negro itálico em pasta cinzenta. Encontram-se entre o acervo analisado cinco

fragmentos destas produções, sendo que quatro são paredes e o outro, parte de um bocal com carena de uma taça da forma Lamb. 27 (F. 2650) (Morel 1981). Durante o período romano republicano deteta-se na maior parte da Península Ibérica a existência de produções cerâmicas que imitam os serviços de verniz negro ditos universais, em pastas cinzentas com ou sem verniz (Adroher Aurox 2014: 284). Cronologicamente estas imitações parecem difundir-se num momento tardio do processo de conquista, sendo assim um elemento cronológico relevante para a discussão da datação da ocupação do sítio em análise (Roca Roumens – Principal i Ponce 2007).

As cerâmicas de paredes finas estão atestadas por dois fragmentos de bocal e um fundo de pé destacado. A análise macroscópica permite identificar dois grupos de fabrico, correspondendo aparentemente a duas distintas proveniências:

O fragmento de bocal E.Al. 609 da forma 2 de Mayet e o fundo E.Al. 610, da forma Mayet 3 (Fig. 5) (Mayet 1980), correspondem ao grupo de fabrico 3 das produções itálicas de paredes finas definido para o Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 184). Caracteriza-se por uma pasta dura e de tato áspero, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: minerais translúcidos ou opacos, calcites e feldspatos, minerais negros, micas douradas e elementos ferruginosos. A cor da pasta apresenta-se de tom cinzento



**FIG. 5** Cerâmica de paredes finas (E.Al. 606, 609 e 610); verniz negro itálico (E.Al. 611); imitação de verniz negro itálico em pasta cinzenta (E.Al. 612); fundo de almofariz importado (E.Al. 613); cossoiros (E.Al. 634 e 635); projeteis de funda em calcário (E.Al. 812 e 811).

(Muns. Gley 2 3/10). Superfície externa apenas alisada ou com acabamento polido do tom da pasta. Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções do Vale Centro-Occidental do Vale do Pó (Ricci 1985: 348), sendo possível supor esta proveniência. A forma 2 de Mayet apresenta uma cronologia de produção e circulação que se estende desde o primeiro quartel do século II a.C. até cerca de 20 a.C. (Passelac 1993: 512-513). O início da produção do copo da forma 3 de Mayet, encontra-se atestado em finais do século II a.C., contudo, esta forma parece típica do século I a.C., em particular encontra-se bem atestada em contextos da segunda metade do século I a.C. (López Mullor 2013: 157).

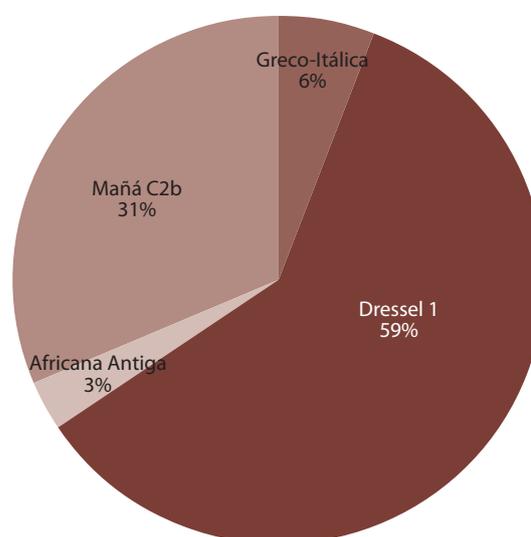
O fragmento de bocal E.Al. 608 da forma Mayet 8 (Mayet 1980) insere-se no grupo de fabrico 4 de Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 185). Individualizando-se com uma pasta calcária, pulverulenta, branda e homogénea, bem depurada com escassos elementos não plásticos. Identificam-se: micas brancas, elementos ferruginosos, elementos de *grog* e areias de quartzo. A cor da pasta apresenta-se de tom bege (Muns. 10 YR 8/3). Superfície externa encontra-se apenas alisada do tom da pasta. Este grupo apresenta fortes similitudes com as descrições realizadas para as produções da área do Sudoeste da *Ulterior*, possivelmente da área da baía de Cádiz ou do baixo vale do Guadalquivir (Reinoso del Rio 2004). A forma 8 de Mayet encontra-se normalmente associada a contextos datados do principado de Augusto (Arruda – Sousa 2003: 261). Os estudos dos conjuntos de paredes finas do Castelo da Lousa e do Monte dos Castelinhos vieram indiretamente apontar um início das produções desta região para uma fase anterior ao que então era suposto (Morais 2010: 160; Pimenta 2022: 184). Hipótese que se encontra atestada para a área da cidade de Granada, onde foi identificado um centro produtor de cerâmica de paredes finas com produção atestada precisamente em finais no século I a.C. (Ruiz Montes *et al.* 2013: 307-316).

### 2.3. As ânforas

Os característicos contentores de transporte de produtos alimentares encontram-se particularmente bem documentados. Identifica-se entre o acervo, um total de cento e vinte e três fragmentos. A análise macroscópica permite identificar três grandes macro-regiões: A península itálica, o Norte de África e o Sul

peninsular, em concreto a baía de Cádiz. O posterior estudo e registo gráfico dos elementos que permitem uma classificação formal conduziu a uma análise do número mínimo de indivíduos, correspondendo estes a trinta e dois.

As ânforas são dominadas por importações de contentores vinários itálicos do tipo greco-itálico e Dressel 1 (Fig. 6), surgindo estas a par dos envases de preparados piscícolas da área da baía gaditana do Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B) (Fig. 7). A aduzir a este quadro de importações, atesta-se ainda a presença de exemplares de ânforas oleícolas provenientes do Norte de África da forma Africana antiga (Fig. 6, E.Al. 164 e 603).



**GRÁFICO 1** Análise do Número Mínimo de Indivíduos de ânforas.

Começando pelas importações centro mediterrânicas. A chegada à fachada atlântica de ânforas vinícolas e, em menor escala, de ânforas oleícolas produzidas na Península Itálica em meados do terceiro quartel do século II a.C., corresponde a uma dinâmica comercial bem conhecida, sendo diretamente relacionado com o processo de conquista romana e com a presença de contingentes militares itálicos (Fabião 1998). É importante sublinhar e em particular num sítio como Eira da Alorna com uma bem atestada ocupação proto-histórica (Pimenta *et al.* 2018), que não existe qualquer tradição comercial com o mediterrâneo central, que anteceda estas importações em larga escala, sendo estas indelevelmente conotadas com as dinâmicas de conquista do território peninsular e com

circuitos de abastecimento aos exércitos (Fabião 1989: 121-125; Fabião 1998: 175-176; Arruda – Almeida 1999; Pimenta 2005; Bargão 2006).

No presente conjunto foram identificados sessenta e dois fragmentos oriundos da península itálica (19 fragmentos de bordo, 25 arranques de asas/asas, 14 colos e 6 fundos), que correspondem a um NMI de dezanove Indivíduos o que representa 52% do total da amostra e 65% do total de NMI.

Dois bocais correspondem a modelos tardios da forma greco-itálica (Fig. 6, E.Al. 511 e 600). No território atual português estas ânforas são raras, surgindo associadas a contextos da segunda metade do século II a.C. conotados com âmbito de difusão militar, constituindo-se como um importante elemento na caracterização cronológica dos contextos estratigráficos (Pimenta 2005). Sublinha-se na sua difusão, recentemente revista (Filipe 2018: 294-298), o peso que estes modelos têm na bacia do rio Tejo, podendo esta leitura estar de acordo com as referências de Estrabão ao papel que esta região teve no apoio à campanha de Décimo Júnio Bruto.

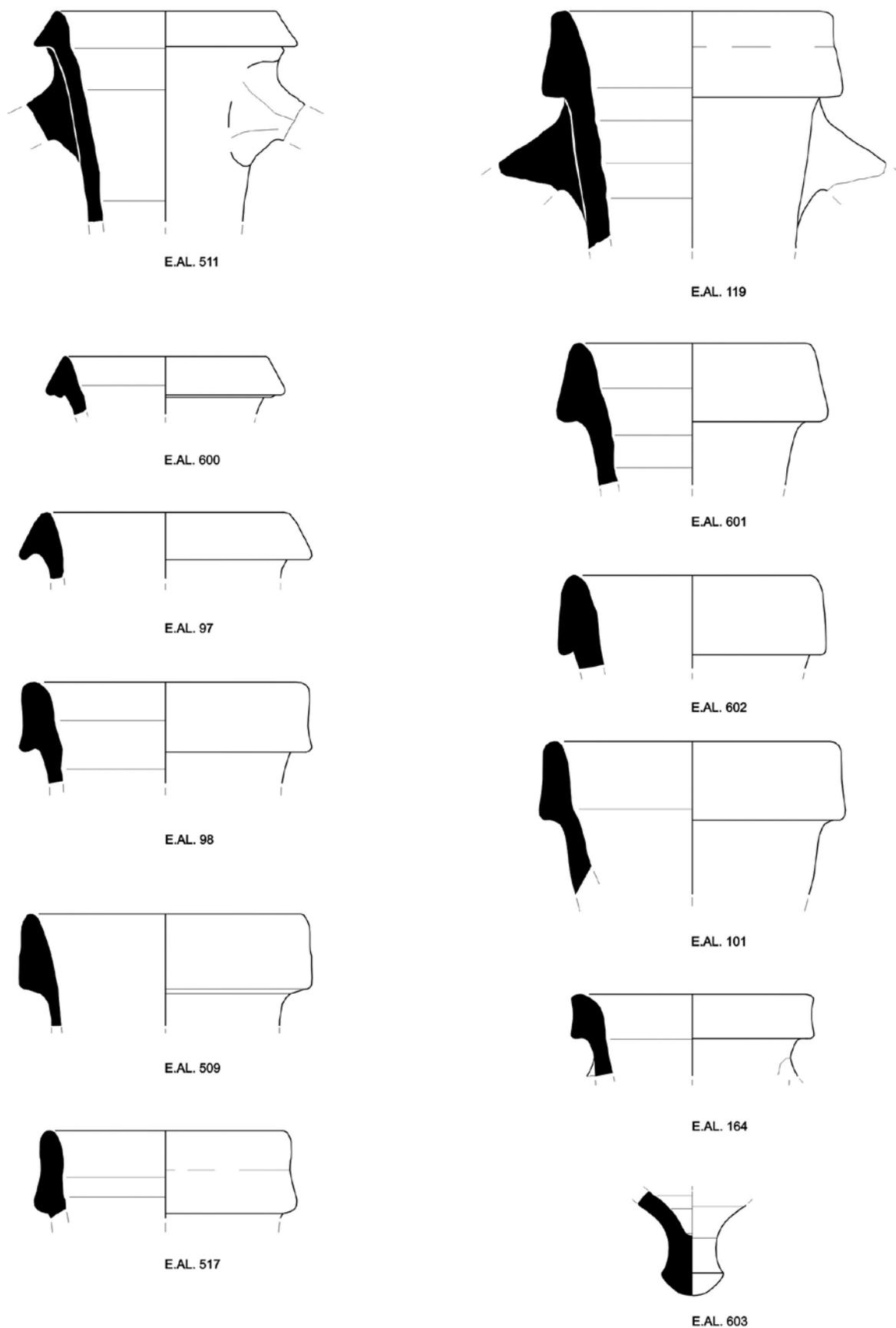
Os restantes elementos que permitiram caracterização formal integram-se na forma 1 de Dressel (Fig. 6). Estes característicos contentores vinários evidenciam uma ampla difusão por todo o mediterrâneo ocidental. No território peninsular a sua difusão atesta a progressiva penetração dos interesses de Roma e das dinâmicas da conquista e consolidação dos novos territórios provinciais (Arruda – Almeida 1999). Na fachada atlântica a sua presença estende-se do Algarve até à Galiza (Pimenta 2005; para uma recente reavaliação da sua cartografia, ver síntese da sua distribuição em Portugal em Filipe 2018: 300-302).

O forte peso das importações da península itálica, no cômputo geral, vem ao encontro da representatividade bem conhecida da comercialização destes modelos na fachada atlântica, nomeadamente nas principais bacias hidrográficas, e em particular no vale do Tejo durante o período romano republicano. Com o seu expoente em sítios como Lisboa (Pimenta 2005; Filipe 2018); Porto do Sabugueiro (Pimenta – Mendes 2008; 2013; Pimenta *et al.* 2014); Chões de Alpompé (Fabião 1989; Diogo – Trindade 1993-1994; Pimenta – Arruda 2014) e Santarém (Bargão 2006).

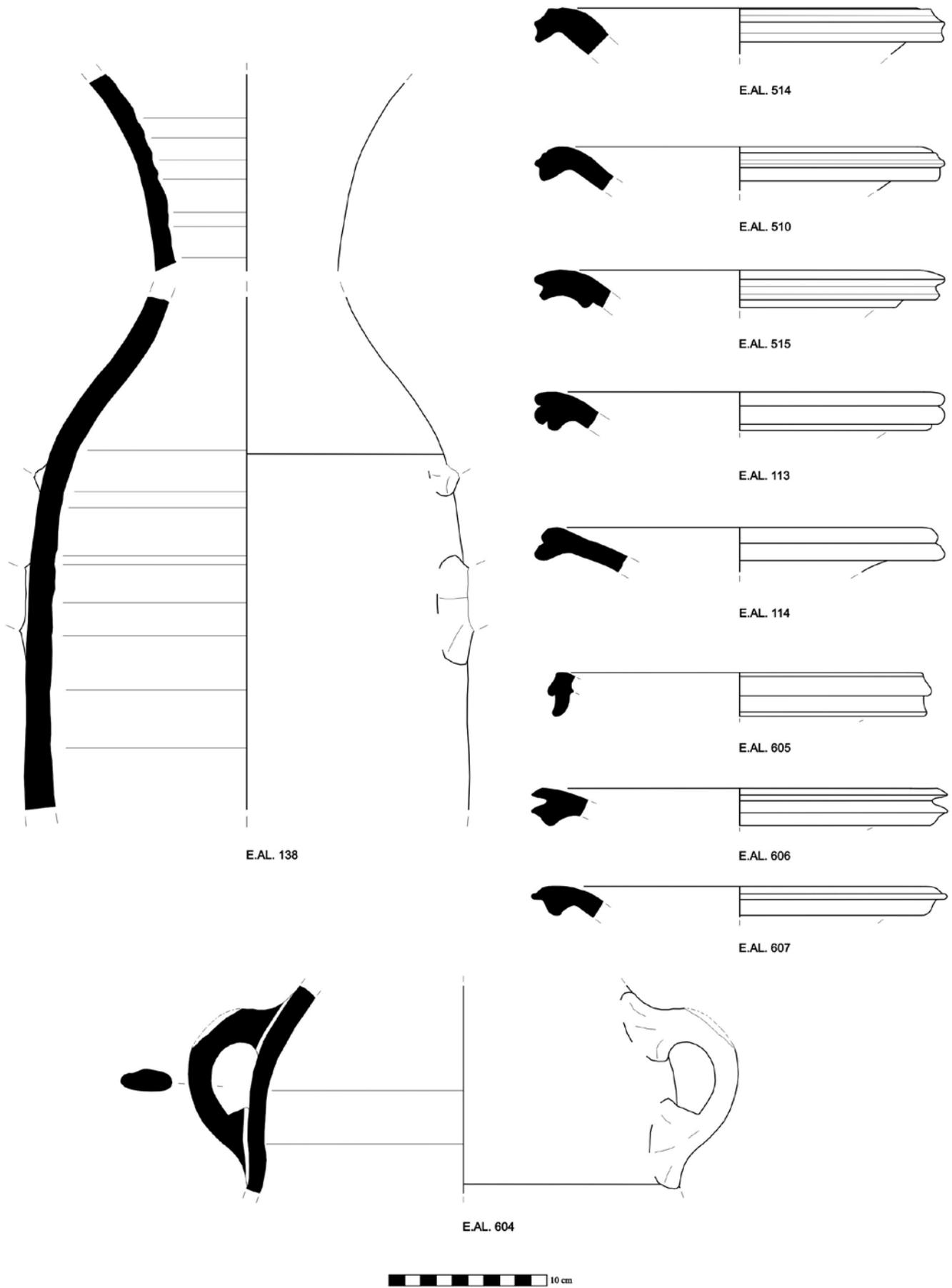
A importação de azeite da área Norte Africana, em concreto da faixa Líbio-Tunisina, está documentada

pela presença de um bocal e um fundo de ânforas oleícolas denominadas como Africanas antigas (Capelli – Contino 2013), correspondendo a 3% dos NMI identificados em Eira da Alorna (Fig. 6, E.Al. 164 e 603). Estas ânforas evidenciam um bordo ligeiramente esvasado, lábios verticais de secção triangular, ligeiramente oblíquos e moldurados com diâmetros entre os 12 e os 15 cm. As asas são curtas, arrancando abaixo do lábio, e apresentam secção ovoide ou circular. O colo é pouco pronunciado, de secção troncocónica, de onde parte o corpo com tendência cilíndrica, terminando num fundo em botão. Apresentam uma altura entre os 60 e os 65 cm, um diâmetro máximo de 35 cm e uma grande capacidade variável entre os 42 e os 49 litros (Benquet – Olmer 2002; Bonifay 2005). Individualizados pela primeira vez por Empereur e Hesnard (1987), o seu estudo só recentemente mereceu a atenção dos investigadores (Pascual Berlanga – Ribera i Lacomba 2002), deixando antever uma inusitada difusão que permitiu reavaliar a importância da sua comercialização em época republicana. No território português, o evoluir da investigação tem trazido a público diversos conjuntos anfóricos de cronologia romana republicana, onde estes contentores se encontram atestados, permitindo hoje uma mais ampla visão da sua distribuição (compare-se a cartografia de Pimenta 2005, com Mateo Corredor 2012; 2016, e com Filipe 2018). No Vale do Tejo surgem documentadas em Lisboa, em contextos bem datados do século II a.C. (Pimenta 2005; 2014; Filipe 2018), em Santarém, nas escavações da antiga Alcáçova (Almeida – Arruda 2005; Bargão 2006); em Porto do Sabugueiro (Pimenta 2022) e nos Chões de Alpompé – Santarém (Pimenta – Arruda 2014).

As características ânforas piscícolas do tipo T-7.4.3.2. e 7.4.3.3. (Mañá C2B) encontram-se particularmente bem representadas, indo de encontro ao que se conhece para a sua comercialização no confinante morro da Alcáçova de Santarém (Arruda – Almeida 1998). Individualizam-se por um amplo bocal virado para o exterior, com complexos lábios moldurados. O corpo evidencia uma morfologia cilíndrica com cerca de um metro de altura, terminando num bico, normalmente oco, muito pronunciado. As asas são anelares, de secção circular ou ovoide, arrancando da zona de transição entre o corpo e o colo (Ramon Torres 1995; García Vargas 1998; Sáez Romero *et al.* 2016).



**FIG. 6** Ânforas vinárias itálicas e dois exemplares de proveniência do Norte de África da forma Africana antiga (E.A.L. 164 e 603).



**FIG. 7** Ânforas de preparados piscícolas Tipo 7.4.3.2. - 7.4.3.3. (Mañá C2B).

Entre o conjunto de ânforas recolhidas em Eira da Alorna, este tipo, encontra-se atestado por cinquenta e sete fragmentos classificáveis após colagens exaustivas, correspondendo a um NMI de dez, o que equivale a 31% do total de NMI (Fig. 7). Destaca-se e em particular num conjunto resultante de recolhas de superfície, a presença de diversos exemplares com colagem que permitiram reconstituição parcial ou integral (Fig. 7, E. Al. 138 e 604).

O panorama da distribuição das ânforas deste tipo no território atual Português, apresentado recentemente (Filipe 2018), permite observar a ampla distribuição desta forma e testemunhar os principais ritmos da sua comercialização. Apresenta uma larga difusão litoral, desde o vale do Guadiana ao vale do Rio Mondego, com algumas penetrações para o interior acompanhando as principais vias de entrada naturais. A concentração que a sua distribuição, apresenta no vale do Tejo e baixo Sado, não deixa de ser expressiva, explicitando o papel que o grande centro portuário da foz do Tejo deve ter assumido na sua distribuição. Não posso deixar de salientar que o número de ânforas deste tipo identificado no baixo Tejo, nomeadamente na Alcáçova de Santarém (Arruda – Almeida 1998; Arruda – Viegas – Bargão 2005), Chões de Alpompé (Diogo – Trindade 1993-1994; Pimenta – Arruda 2014), Lisboa (Pimenta 2007; Filipe 2018) e Chibanes (Pimenta 2021) apresentam uma representatividade, que apenas encontra paralelos no extremo ocidente peninsular na distribuição das ânforas vinárias itálicas.

O conjunto de ânforas de Eira da Alorna merece ainda um breve comentário: apesar de se tratar de uma mostragem não controlada, entenda-se resultante de recolhas não sistemáticas ao longo do tempo, afigura-se como coerente, quer do ponto de vista de conjunto, quer de enquadramento cronológico. A associação entre ânforas vinárias itálicas, contentores de preparados piscícolas da área do estreito de Gibraltar e ânforas oleícolas Norte Africanas configura um panorama coeso. Este encontra bom paralelo do outro lado do rio Tejo quer na alcáçova de Santarém (Bargão 2006), quer nos Chões de Alpompé (Pimenta – Arruda 2014). Estaríamos assim perante elementos que sustentam uma atribuição cronológica centrada no último quartel do século II a.C. e primeira metade do I a.C. Julgo ser de ter presente, por ter acuidade cronológica, a ausência de qualquer fragmento de ânfora dos modelos ovóides do vale do Guadalquivir. Este elemento é obviamente

pouco sólido, face à ausência de coordenadas estratigráficas para o conjunto. Porém, não deixa de ser um facto interessante, face à omnipresença destes modelos do sudoeste da província da *Ulterior* quer na Alcáçova de Santarém, em contextos já de inícios da segunda metade do século I a.C. (Almeida 2008) quer no acampamento de Alto dos Cacos, Almeirim (Almeida – Pimenta 2018). Este registo recorda assim, a leitura que se têm vindo a consolidar de sítios como os Chões de Alpompé e o Porto do Sabugueiro, onde os expressivos conjuntos anfóricos remetem para um panorama similar.

#### 2.4. A cerâmica comum

A par com os grupos artefactuais acima descritos foi recolhido um vasto e heterógeno grupo de cerâmicas, designadas como comuns e que atestam diversas atividades de cariz quotidiano das comunidades que utilizaram este espaço durante o período em análise. A amostragem de cerâmica comum entre o acervo de Eira da Alorna é significativo contabilizando-se cento e vinte e quatro fragmentos (88 NMI).

O conjunto é essencialmente constituído por grandes recipientes de produção regional do vale do Tejo, contudo alguns elementos de cerâmica comum, importada encontram-se atestados.

Entre estes, apenas foi possível identificar formalmente um exemplar. Trata-se de fragmento de fundo de almofariz de pé em anel evidenciando uma pasta calcária, cujas características de composição, cozedura e acabamento permitem propor uma proveniência exógena, possivelmente de produção do sul peninsular, da área do baixo Guadalquivir (Fig. 5, E.Al. 613).

Nos últimos anos têm vindo a multiplicar-se o registo da presença de peças de cerâmica comum importada da *Ulterior*/Bética em contextos enquadrados entre o final da república e o principado de Augusto, sublinhando a relevância destas produções (Pimenta 2022: 360). Este ativo comércio tem vindo a ser entendido, como sendo, um complemento ao comércio de ânforas das mesmas regiões, circulando assim no porão dos navios como carga “parasitária” ao transporte de artigos alimentares (Pinto – Morais 2007). Os almofarizes inserem-se no grupo de cerâmica de cozinha destinado à preparação de alimentos. O almofariz, em latim *mortarium*, era usado para macerar, triturar e amassar tudo o que fosse necessário para o que se pretendia cozinhar (Peinado Espinosa

2011). Esta tipologia de recipientes encontra-se bem documentada na fachada atlântica, e em particular no vale do Tejo (Quaresma 1995-1997; 2006; Arruda – Viegas 2004; Pimenta – Henriques – Mendes 2012; Pimenta – Mendes – Correia 2016/2017; Pimenta 2022), atestando a adoção de novos hábitos de matriz mediterrânica decorrentes das dinâmicas de conquista romana. Inserem-se no grupo de recipientes abertos, caracterizando-se pelos seus amplos diâmetros, bordos moldurados, pautados por um bico vertedor, paredes obliquas marcadas por estrias internas, e fundo de pé em anel (Pinto 2003: 83). Tendo em conta o estado de preservação do exemplar em apreço não é possível a sua classificação nas tipologias desenvolvidas recentemente sobre estes modelos formais.

Como referimos, o conjunto é dominado por peças cujo fabrico tendo em conta as características geológicas dos seus componentes, evidencia uma proveniência local ou regional no baixo Tejo, que individualizámos em dois grandes grupos de fabrico.

### Grupo 1

Caracteriza-se por pastas de matriz não-calcária, cozidas em modo A, compactas, medianamente depuradas apresentando fratura irregular. Os elementos não plásticos são abundantes e bem distribuídos (cerca de 20%), compostos por calcites, quartzos de grande dimensão, raras palhetas de moscovite, elementos ferruginosos, micas douradas e elementos de cerâmica moída. As suas tonalidades variam entre o castanho avermelhado (Muns. 2.5 YR 6/7) e o castanho (Muns. 5 YR 6/6).

Este grupo é predominante no conjunto, integrando 81% (100 fragmentos).

### Grupo 2

Individualiza-se por pastas de matriz não-calcária, igualmente cozidas em modo A, compactas, depuradas, apresentam fratura regular. Os elementos não plásticos são escassos e bem distribuídos (cerca de 5% a 10%), constituídos por quartzos subrolados de dimensão variável, palhetas de moscovite pequenas e elementos rochosos angulosos de coloração avermelhada. As suas tonalidades variam entre o castanho amarelado (Muns. 7.5 YR 8/5) e o castanho (Muns. 7.5 YR 5/7).

Este grupo compõe 19% do conjunto (23 fragmentos).

Entre as cerâmicas de cariz regional, destaca-se a representatividade esmagadora (66 NMI, equivalendo a 75% do conjunto), dos grandes contentores de armazenamento do tipo Talha. Sob esta designação engloba-se um vasto conjunto de grandes recipientes de armazenagem, que tanto poderiam servir para armazenar líquidos, (água, vinho ou azeite) como sólidos (cereais, leguminosas...). Morfologicamente evidenciam bocais amplos e diversificados (entre os vinte e cinco e os quarenta centímetros), e um perfil globular ou troncocónico alongado. Os fundos apresentam-se normalmente reforçados com um característico ressalto externo (Figs. 8 e 9).

Tendo em conta o tipo de bocais identificados, estes enquadram-se nos Tipos 1 (Fig. 8 e 9, E.Al. 429 a 624) e 8 (Fig. 9, E.Al. 635) da tipologia das talhas de Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 329). As mesmas morfologias encontram-se documentadas nos níveis romano republicanos de Chibanes, Palmela onde foram enquadrados no Tipo 7 (Sousa – Pereira 2021; 160-161); nos Chões de Alpompe (Pimenta – Arruda 2014: Fig. 7); Alto do Castelo, Alpiarça (Pimenta 2022: Vol 2, Est. 188); Alto dos Cacos, Almeirim (Pimenta – Mendes – Henriques 2014: Fig. 14); no Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Pimenta – Mendes 2008: Fig. 13); no Castro de São Martinho, Rio Maior (Pimenta 2022: Vol 2, Est. 199); no Outeiro da Assenta, Óbidos (Cardoso – Martins 2009: Fig. 57 a 63); no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Pimenta 2022: Vol 2, Est. 169), etc.

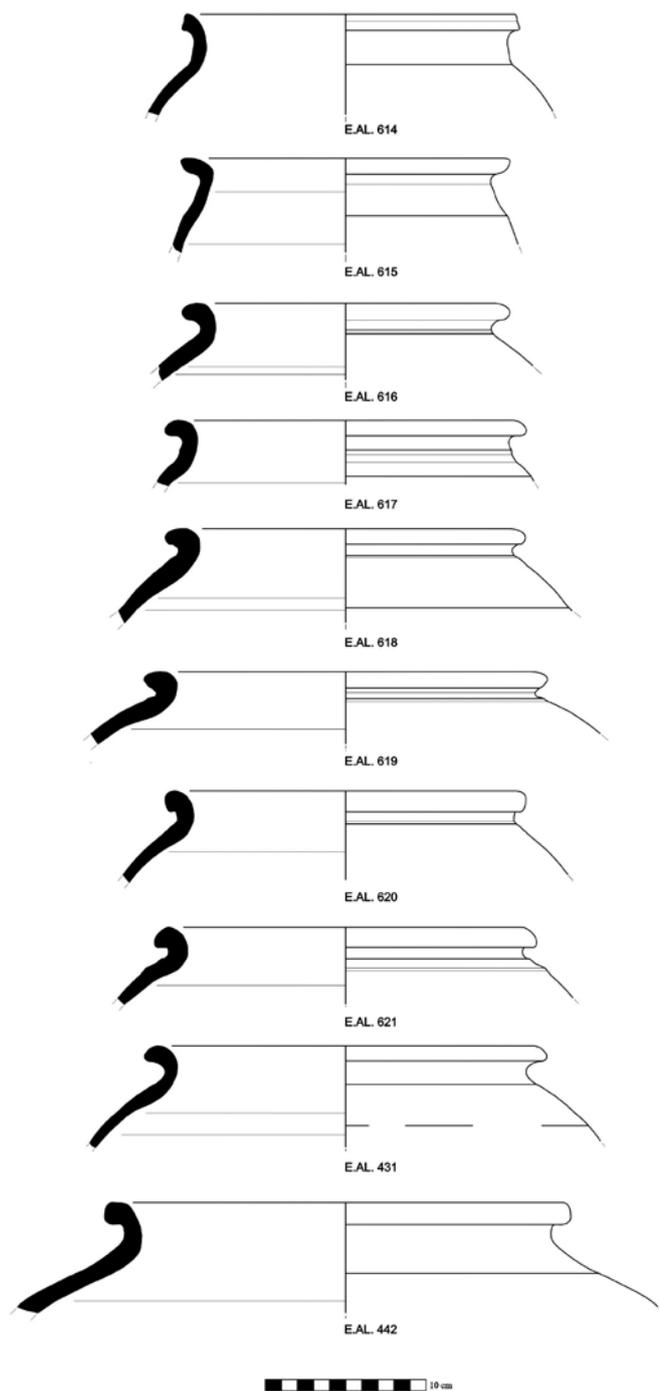
Por último, identificou-se um pequeno fragmento de parede de talha com decoração estampilhada, preservando-se uma palmeta e arranque de outra (Fig. 10. E. Al. 386). Este tipo de estampilha encontra-se bem documentado no sul do território português (Arnaud – Gamito 1974-1977: Fig. 9 e V). Não é clara a atribuição cronológica deste fragmento entenda-se tanto pode corresponder à ocupação pré-romana do sítio como inserir-se na fase romano republicana. Porém, tendo em conta os dados estratigráficos do vale do Tejo, quer na alcáçova de Santarém, quer em Lisboa, as cerâmicas estampilhadas encontram-se associadas já à fase da conquista (Arruda 1999-2000; Pimenta 2005).

Os recipientes de tipo bacia/alguidares encontram-se documentados por 5 NMI equivalendo a 7% do total de indivíduos representados. Esta forma abarca um conjunto de recipientes abertos, altos e fundos de

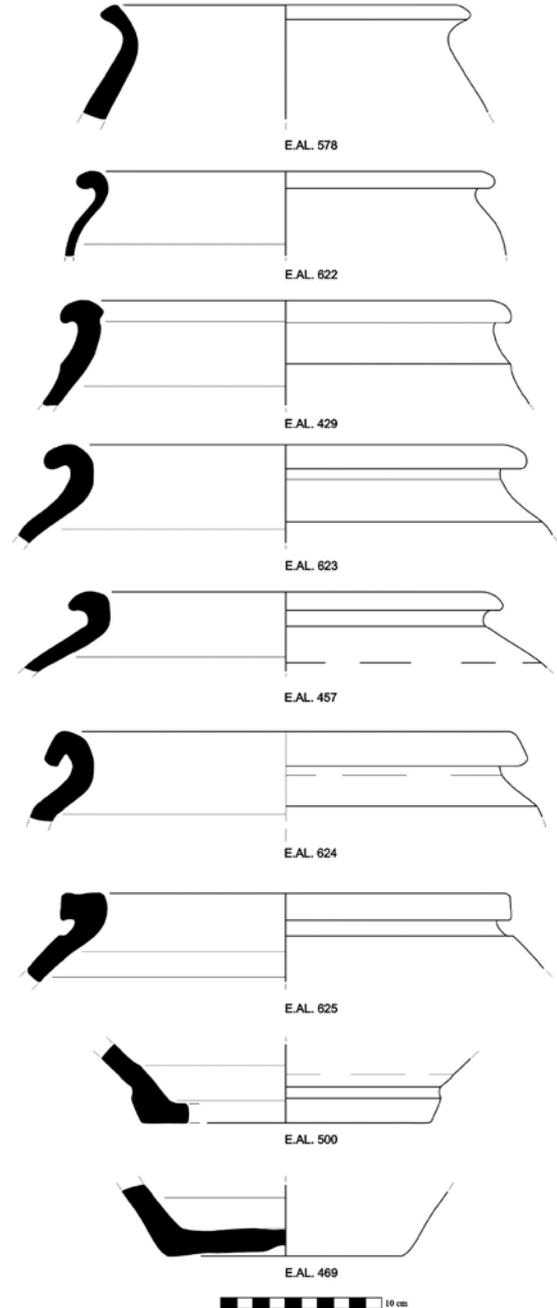
dimensões variáveis. Funcionalmente estes recipientes seriam utilizados para diversas funções, como a preparação de alimentos e atividades de higiene pessoal.

Identificam-se dois modelos distintos. O primeiro corresponde a um amplo recipiente de lábio arredondado e carena externa bem vincada caracterizando-se por paredes muito espessas e um alisamento cuidadoso da sua superfície interna (Fig. 10, E.AI. 629). Este tipo

de bacia/alguidar encontra-se representado no vale do Tejo no povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira (Pimenta – Mendes – Madeira 2009: Fig. 8, n.º 40), e no Porto do Sabugueiro, Salvaterra de Magos (Pimenta – Mendes 2008). Esta morfologia encontra-se bem identificada em sítios arqueológicos da segunda metade do primeiro milénio a.C. no sul do território português encontrando bons paralelos



**FIG. 8** Grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum.



**FIG. 9** Grandes contentores de armazenamento em cerâmica comum.

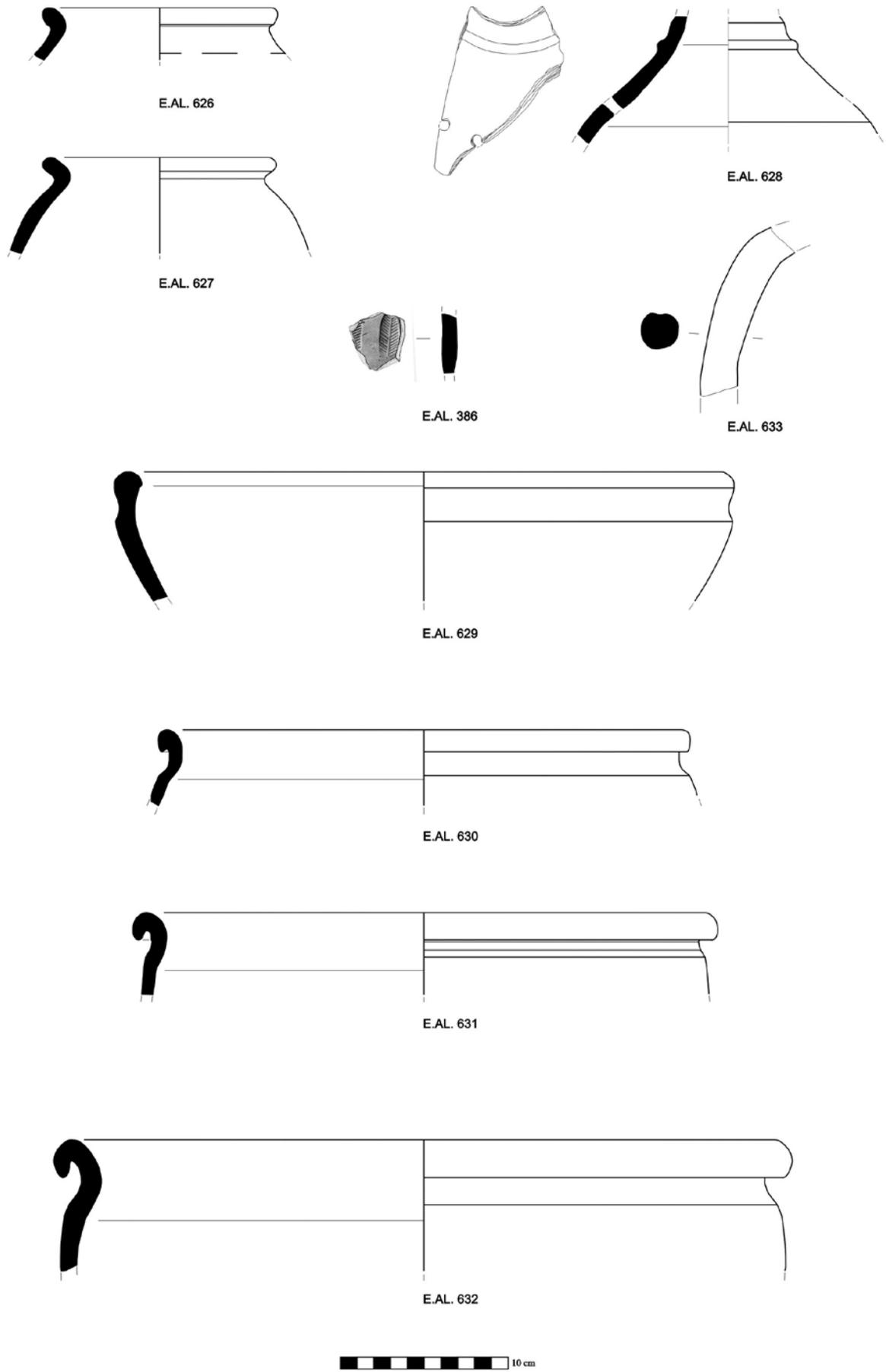


FIG. 10 Cerâmica comum.

em níveis bem datados do século III a.C. pela presença de cerâmica “Tipo Kuass” no Algarve, em particular no Castelo de Castro Marim e no núcleo histórico de Faro (Sousa 2009: 95; Est. LVI, em particular os n.º 439 e 441; Est. LXXI, n.º 554). O segundo modelo de bacia/alguidar caracteriza-se pelo perfil marcadamente carenado, sendo as paredes de tendência vertical, conferindo um aspeto mais cilíndrico ao recipiente (Fig. 10, E.Al. 630, 631 e 632). Formas idênticas encontram-se bem documentadas no povoado fortificado de Chibanes, Palmela onde foram enquadrados no Tipo 3.A (Sousa – Pereira 2021: 158-159). Este tipo encontra-se igualmente presente no baixo Tejo, no sítio do Castelo, Arruda dos Vinhos (Pimenta 2022: vol. 2, Est. 169, n.º 1731). Sendo uma presença bem representada nos níveis republicanos do sul do território português (Pinto – Schmitt 2010; Sousa – Arruda 2014; Sousa – Pereira – Alves 2015).

De forma pouco usual em Eira da Alorna o grupo dos Potes/Paneles encontra-se escassamente representado. Apenas se encontra entre o acervo doze fragmentos que se podem associar a esta categoria, equivalendo a 14% do conjunto de NMI. Sendo que destes apenas foi possível reconstituir graficamente dois exemplares (Fig. 10, E.Al. 626 e 627). Este modelo pode ser enquadrado no tipo 5.2 da tipologia de cerâmica comum do Monte dos Castelinhos (Pimenta 2022: 303).

Entre o conjunto de cerâmica cinzenta fina que podemos associar a esta fase, identificaram-se três fragmentos que interpretamos como jarros (Fig. 10, E. Al. 628 e 633). Na zona da Península de Lisboa e baixo Tejo, apesar de não serem abundantes, encontra-se atestada uma tradição de produção e circulação de jarros em cerâmica cinzenta com uma característica decoração em retícula brunida (Pimenta 2022: 350).

Recolheram-se ainda duas peças que podemos associar à atividade de fiação, correspondendo a dois cossoiros (Fig. 5, E.Al. 634 e 635).

### 2.5. Projéteis de calcário

Entre o vasto conjunto de materiais recolhidos em Eira da Alorna preservam-se duas peças em calcário de complexo enquadramento (Fig. 5, E.Al. 812 e 811). A sua dimensão, morfologia e peso remetem para o mundo dos projéteis de funda romano republicanos, particularmente devido a serem em tudo idênticos às glandes de chumbo. Contudo, numa primeira análise, tendo em conta a ausência de contexto estratigráfico

tornar a sua interpretação problemática hesitou-se em as incluir neste trabalho. Optou-se por as aqui apresentar ainda que deixando a interrogação em relação à sua interpretação. As peças foram intencionalmente afeiçoadas sendo talhadas e polidas, com o intuito de lhes configurar uma forma bicónica. A associação de projéteis de pedra a espaços de índole militar romano é desde há muito conhecido, recordando-se para o extremo ocidente peninsular o caso do acampamento da Lomba do Canho, Arganil onde surgem projéteis similares aos aqui descritos (Guerra 1987: Fig. 4). O baixo Tejo evidencia uma particular concentração de projéteis de funda em chumbo reveladores da sua importância nas dinâmicas da estratégia de Roma no ocidente peninsular (Guerra – Pimenta 2013). Até ao momento desconhecemos a execução de projéteis de funda em pedra, ainda que sejam conhecidos outros exemplares, especificamente de projéteis de artilharia em calcário em ambos os casos de neurobalística (Pimenta 2022: 430).

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão do conjunto de dados disponíveis sobre a ocupação romano republicana do sítio de Eira da Alorna, vêm reforçar a importância desta estação arqueológica, tornando imperioso a sua proteção, salvaguarda e estudo. Apenas a realização de trabalhos arqueológicos inseridos num programa de estudos bem estruturado poderá vir fornecer coordenadas estratigráficas a este conjunto de evidências. O contínuo uso destes terrenos para fins agrícolas, (atualmente encontra-se ocupado com uma vinha), tem consequências para o seu subsolo. Trata-se de um arquivo único, de um espaço que foi utilizado desde o Calcolítico, com forte presença durante a proto-história até à fase que nos ocupamos.

Os elementos que aqui podemos descrever e analisar sustentam uma relevante ocupação centrada em meados da segunda metade do século II e a primeira metade do I a.C. A forte presença de importações itálicas e do Sul peninsular permitem inserir o sítio numa ampla rede de povoamento que à data sofre a precoce presença dos exércitos itálicos.

Tendo em conta o estudo das ânforas, das cerâmicas de verniz negro itálico assim como a análise do



**FIG. 11** Localização dos sítios do período romano republicano em torno da Eira da Alorna. Mapa produzido a partir da folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000. A azul, áreas ciclicamente inundáveis de terrenos de aluvião. N.º 1 – Alcáçova de Santarém; N.º 2 – Povoado da Quinta do Malpique; N.º 3 – Alto do Castelo; N.º 4 – Cabeço da Bruxa; N.º 5 – Alto dos Cacos; N.º 6 – Eira da Alorna; N.º 7 – Vale de Tijolos; N.º 8 – Azeitada.

conjunto de seis denários romano republicanos recolhidos em Eira da Alorna é tentador propor que o sítio terá sido abandonado no decorrer do conflito Sertoriano.

Os dados proporcionados pela arqueologia começam a traçar de forma clara um cenário de que no decurso ou no ocaso do conflito sertoriano terão ocorrido transformações consideráveis na zona e de que estas se estendem até áreas interiores, com o abandono, destruição ou a perda de importância de vários locais, relevantes no âmbito das dinâmicas de implantação romana da primeira fase da conquista (Fabião 2014). É o caso da destruição/abandono da grande base militar de Cáceres El Viejo (Ulbert 1984; Heras Mora 2014); do acampamento de Valdeterres (Heras Mora 2009); da base operacional de Villasviejas del Tamuja (Heras Mora 2015; 2018); da perda de importância ou mesmo abandono do centro operacional logístico da Cabeça de Vaiamonte (Pereira 2018) ou do abandono da base fortificada do Castelo das Juntas, Moura (Mataloto 2014).

Para o vale do Tejo, assiste-se ao abandono ou mesmo destruição de Chões de Alpompé (Fabião 2013). Aqui, os dados do estudo dos numismas sustentam que este vasto recinto tenha sido abandonado

nos momentos iniciais do conflito Sertoriano, possivelmente em 78 a.C. (Ruivo 1999: 106). Na margem esquerda do Tejo em frente a Santarém temos dados consistentes para um aparente abandono de sítios como o Porto do Sabugueiro (Pimenta 2022), assim como, a desestruturação do povoado fortificado de Chibanes, Palmela (Silva – Soares 2021).

A evolução cronológica dos tesouros numismáticos identificados no ocidente peninsular permite igualmente vislumbrar os ritmos da evolução do conflito, assim como a forte instabilidade que se viveu nesta área do vale do Tejo ao longo deste período (Ruivo 1997).

Estaríamos sem dúvida perante um povoado pré-romano, com uma longa diacronia de ocupação que remonta de forma continuada desde a Idade do Bronze Final. Qual o papel que este local assume durante o período da conquista romana, não é claro. Ainda que a sua localização dominante e praticamente frontal com o morro da Alcáçova de Santarém sugira que a sua funcionalidade se encontra indelevelmente ligada ao controle de um importante ponto de vau do rio Tejo e Alpiarça, que assume nesta fase, relevante papel na “vertebração” do território, nas estratégias de movimentação de tropas e na inerente consolidação dos espaços conquistados.

A Eira da Alorna merece também ser avaliada, devidamente, no seu contexto regional, uma vez que se insere numa rede de povoamento, densa e contínua, que se implantou na margem esquerda do rio, e que mantém uma relação privilegiada e estreita com o núcleo urbano de *Scallabis*. Nos últimos anos os estudos que temos vindo a desenvolver na margem esquerda do Tejo, nos concelhos de Alpiarça, Almeirim e Salvaterra de Magos tem revelado uma insuspeita rede de povoamento. Esta remonta à Idade do Ferro, sendo que muitos dos sítios tem um papel de relevo durante o período romano republicano. Apesar de continuarmos a carecer de dados mais objetivos, resultantes de leituras estratigráficas, os dados já obtidos, nomeadamente através das escavações em Porto do Sabugueiro (Salvaterra de Magos) sustentam um abandono decorrente do conflito Sertoriano. Se aceitarmos que Eira da Alorna tenha assumido um papel no controlo da travessia do Tejo, não podemos deixar de sublinhar que após o seu abandono é fundado em inícios da segunda metade do século I a.C., noutra local um grande estabelecimento militar que vai assumir esse papel, o acampamento militar de Alto dos Cacos, Almeirim.

## Bibliografia

- ADROHER AUROUX, A. (2014) -- Cerámica Gris Bruñida Republicana (GBR): el problema de las imitaciones en ceramología arqueológica. In MORAIS, R. – FERNÁNDEZ, A. – SOUSA, M. J. (eds.) – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. II Congresso Internacional da SECAH*. (Monografias Ex Officina Hispana. II). Porto: 281-290.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. (Col.lección Instrumenta, 28). Barcelona.
- ALMEIDA, R. – PIMENTA, J. (2018) – Ânforas do Acampamento / Sítio romano de Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Onoba. Revista de Arqueología y Antigüedad*, 6: 3-56.
- ARNAUD, J. M. – GAMITO, T. J. (1974-1977) – Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal. I - Cabeça de Vaíamonte - Monforte. *O Arqueólogo Português*. III(7-9): 165-202.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6). Barcelona.
- ARRUDA, A.M. – ALMEIDA, R. (1998) – As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. 37: 201-231.
- ARRUDA, A.M. – ALMEIDA, R. (1999) – Importações de vinho itálico para o território português: contextos, cronologias e significado, In GORGES, J.-G. – RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (eds.) – *Économie et territoire en Lusitanie romaine. Actes de la III ème Table ronde sur la Lusitanie romaine*. Madrid: 307-337.
- ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6(1): 235-286.
- ARRUDA, A. M. – VIEGAS, C. (2004) – Les mortiers de l'Alcáçova de Santarém (Portugal). In *Actes du Congrès de Vallauris de la Société Française d'Étude de la Céramique Antique en Gaule, 20-23 mai 2004*. Marseille: 341-349.
- BARBOSA, M. B. (1998-2002) – Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augusto. *Nummus. II Série*(XXI-XXV): 7-144.
- BARGÃO, P. (2006) – *As importações anfóricas durante a época romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Tese de Mestrado em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/447>
- BENQUET, L. – OLMER, F. (2002) – Les amphores. In BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. M. – DOMERGUE, C. – SILLIÈRES, P. (dirs.) – *La Loba (Fuenteovejuna, Cordoue, Espagne). La mine et le village minier antiques*. Bordeaux: 295-331.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2002) – *Circulación monetaria en el área occidental de la Península Ibérica. La moneda en torno al "camino de la plata"*. Montagnac.
- BONIFAY, M. (2005) – Ancient Tripolitanian Amphora. In *Roman amphorae: a digital resource*. Southampton. DOI: <https://doi.org/10.5284/1028192>.
- CAPELLI, C. – CONTINO A. (2013) – Amphores tripolitaines ou africaines anciennes? *Antiquités Africaines*, 49: 199-208.
- CARDOSO, J. L. – MARTINS, F. (2009) – O Povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17: 261-356.
- CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage*. 2 Vols. Cambridge.
- DIOGO, A. M. D. – TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*, XXXII-XXXIII: 263-281.
- EMPEREUR, J. Y. – HESNARD, A. (1987) – Les amphores hellénistiques. In LÉVÉQUE, P. – MOREL, J.-P. (dirs.) – *Cerámiques Hellénistiques et Romaines. Tome II*. (Annales Littéraires de l'Université de Besançon, 331). Besançon/Paris: 9-71.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. (Cadernos da UNIARQ, 1). Lisboa.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(1); 169-198.
- FABIÃO, C. (2013) – Romanos no baixo Tejo. In *Catálogo da Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa/Vila Franca de Xira: 61-68.
- FABIÃO, C. (2014) – Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Atas do Congresso "Conquista e Romanização do Vale do Tejo"*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 9-24.
- FILIFE, V. (2018) – *Olisipo, o grande porto da fachada atlântica. Economia e comércio entre a República e o Principado*. Tese de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia. Inédita.
- GARCÍA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la bahía de Cádiz en época romana (siglos II A.C. - IV D.C.)*. Écija.
- GUERRA, A. (1987) – Acerca dos Projécteis para Funda da Lomba do Canho (Arganil). *O Arqueólogo Português*, Série IV(5): 161-177.

- GUERRA, A. – PIMENTA, J. (2013) – Os projéteis de funda do Monte dos Castelinhos e a dispersão destes materiais no território português. In *Catálogo da Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo). Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Lisboa/Vila Franca de Xira: 47-58.
- HENRIQUES, E. (1982) – *Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Texto manuscrito. 19/12/82. Processo 82/1 (242) DGPC.
- HENRIQUES, E. (1987) – *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Processo 82/1 (242) DGPC.
- HERAS MORA, F. J. (2009) – El Santo de Valdetorres (Badajoz, España). Un nuevo enclave militar romano en la línea del Guadiana. In MORILLO CERDÁN, Á. – HANEL, N. – MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (coords.) – *20<sup>th</sup> International Congress of Roman Frontier Studies*. Volume 1. (Anejos de Gladius, 13). Madrid: 315-327.
- HERAS MORA, F. J. (2014) – El campamento de Cáceres el Viejo y las guerras civiles en Hispania. In SALA SELLÉS, F. – MORATALLA JÁVEGA, J. (eds.) – *Las Guerras Civiles Romanas en Hispania. Una Revisión Histórica desde la contestania*. Alicante: 155-167.
- HERAS MORA, F. J. (2015) – *Arqueología de la implantación romana en los cursos Tajo-Guadiana (siglos II y I a.n.e.)*. Tesis Doctoral. Universitat Autònoma de Madrid. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10803/385928>.
- HERAS MORA, F. J. (2018) – *La Implantación Militar Romana en el Suroeste Hispano (Siglos II-I a.n.e.)*. (Anejos de GLADIUS, 18). Madrid.
- LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una Classificazione preliminare della Ceramica Campana. In *Atti del I<sup>o</sup> Congresso Internazionale e di Studi Liguri* (Monaco-Bordighera-Genova, 1950). Bordighera: 139-206.
- LÓPEZ MULLOR, A. (1989) – *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. (Quaderns Científics i Tècnics, 2). Barcelona.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2008) – Las cerámicas de paredes finas en la fachada mediterránea de la Península Ibérica y las Islas Baleares. In BERNAL CASASOLA, D. – RIBERA i LACOMBA, A. (ed. cient.) – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: 343-384.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013) – Las cerámicas de Paredes Finas del final de la República Romana y el período Augusto-Tiberiano. In RIBERA i LACOMBA, A. (coord.) – *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Alcalá de Henares/ Madrid: 149-190.
- MARQUES, G. – ANDRADE, G. M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território Português: 1 – Definição e distribuição da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). In *Actas do III Congresso Nacional de Aqueologia*. Porto: 125-148.
- MATALOTO, R. (2014) – A propósito de um conjunto de *glandes plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto de episódio setoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana: In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds) – *Atas do Congresso “Conquista e Romanização do Vale do Tejo”*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 343-384.
- MATEO CORREDOR, D. (2012) – La importación de aceite tripolitano en Hispania Ulterior durante la época tardo-republicana. In CASTRO, A. – GÓMEZ, D. – GONZÁLEZ, G. – STARCZEWSKA, K. – OLLER, J. – PUY, A. – RIERAAND, R. – VILLAGRA, N. (eds.) – *Estudiar el pasado: aspectos metodológicos de la investigación en Ciencias de la Antigüedad y de a Edad Media*. (BAR Int. Ser. 2412). Oxford: 119-127.
- MATEO CORREDOR, D. (2016) – *Comercio anfórico y relaciones mercantiles en Hispania Ulterior (ss. II a.C.-II d.C.)*. (Colección Instrumenta 52). Barcelona.
- MAYET, F. (1980) – Les céramiques à parois fines: État de la question. In LÉVÉQUE, P. – MOREL, J.-P. (dirs.) – *Céramiques Hellénistiques et Romaines, Tome 1*. Paris : 201-229.
- MORAIS, R. (2010) – Cerâmica de paredes finas. In ALARCÃO, J. – CARVALHO, P. C. – GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa. Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitana, 5). Mérida: 153-172.
- MOREL, J. P. (1981) – *Céramiques Campanienne. Les Formes*. 2 Vols. Roma.
- PASCUAL BERLANGA, G. – RIBERA i LACOMBA, A. (2002) – Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo. In RIVET, L. – SCIALLANO, M. (eds.) – *Vivre, produire et échanger: reflets méditerranéens. Mélanges offerts à Bernard Liou*. Montagnac: 303-317.
- PASSELAC, M. (1993) – Céramique à parois fines. In PY, M. (ed.) – *Dictionnaire des céramiques antiques en Méditerranée nord-occidentale*. (Lattara, 6). Lattes.
- PEINADO ESPINOSA, M. V. (2011) – *Mortaria Baeticae*. La producción de morteros en la Bética durante el Alto Imperio. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*, 21: 283-301.
- PEREIRA, T. R. (2018) – *O papel do exército no processo de romanização: a Cabeça de Vaia Monte (Monforte) como estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/37914>.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas Romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. (Trabalhos de Arqueologia, 41). Lisboa.
- PIMENTA, J. (2007) – A Importação de ânforas de preparados piscícolas em Olisipo (Séculos II-I a.C.). In LAGÓSTENA, L. – BERNAL, D. – ARÉVALO, A. (eds.) – *CETARIAE 2005: Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad*. *Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005)*. Oxford: 221-233.
- PIMENTA, J. (2021) – As ânforas de Chibanes. In TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (coord.) – *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. (Setúbal Arqueológica, 20). Setúbal: 229-278.
- PIMENTA, J. (2022) – *Monte dos Castelinhos e as dinâmicas da conquista romana da Península de Lisboa e baixo Tejo*. Dissertação de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/54143>.
- PIMENTA, J. – ARRUDA, A. (2014) – Novos dados para o estudo dos Chões de Alimpé – Santarém. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21: 375-392.
- PIMENTA, J. – HENRIQUES, E. – MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Almeirim.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2008) – Descoberta do povoado pré-romano de Porto Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11(2): 171-194.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. (2013) – 1.<sup>a</sup> Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro – Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*, 2: 195-219.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – ARRUDA, A. M. – SOUSA, E. – SOARES, R. (2014) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, 1: 39-58.

- PIMENTA, J. – MENDES, H. – CORREIA, M. (2016/2017) – Cerâmicas romanas provenientes do rio Tejo, no acervo do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Novos e velhos dados. *IRA Arqueologia*, 5: 207-237.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – HENRIQUES, E. (2014) – O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Atas Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 256-292.
- PIMENTA, J. – MENDES, H. – MADEIRA, F. (2010) – O Povoado pré-romano de Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 13, 25-56.
- PIMENTA, J. – SORIA, V. – MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In FABIÃO, C. – PIMENTA, J. (eds.) – *Atas Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. (CIRA Arqueologia, 3). Vila Franca de Xira: 86-121.
- PIMENTA, J. – SOUSA, E. – MENDES, H. – HENRIQUES, E. – ARRUDA, A. M. (2018) – A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas. *CIRA Arqueologia*, 9: 9-49.
- PINTO, I. V. (2003) – *A cerâmica comum das villae romanas de São Cucufate (Beja)*. Lisboa.
- PINTO, I. V. – MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In LAGÓSTENA, L. – BERNAL, D. – ARÉVALO, A. (eds.) – *CETARIAE 2005: Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del Congreso Internacional (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005)*. Oxford: 235-254.
- PINTO, I. V. – SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica Comum. In ALARCÃO, J. – CARVALHO, P. – GONÇALVES, A. (coords.) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. (Studia Lusitana 5). Mérida: 219-443.
- PRINCIPAL, J. – RIBERA I LACOMBA, A. (2013) – El material más apreciado por los arqueólogos. La cerámica fina – La cerámica de barniz negro. In RIBERA I LACOMBA, A. (coord.) – *Manual de cerámica romana. Del mundo Helenístico al Imperio romano*. Alcalá de Henares: 43-146.
- QUARESMA, J. C. (1995-1997) – Os almofarizes romanos de Povos no contexto do território actualmente português. *Cira*, 7: 25-46.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão morfo-cronológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9(1): 149-166.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Inédita.
- RAMÓN TORRES, J. (1995) – *Las Ânforas Fenicio-Púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona.
- REINOSO DEL RIO, M. (2004) – Cerâmica de paredes finas de Baelo Claudia (Tarifa, Cádiz). Estudio de materiales, 1998. In *Anuario Arqueológico de Andalucía, Actividades Sistemáticas y Puntuales, Informes y Memorias*. Sevilla: 39-52.
- REIS, C. (coord.) (2015) – *Marquesa de Alorna. Obras poéticas*. Lisboa..
- RICCI, A. (1985) – Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma.
- ROCA ROUMENS, M. – PRINCIPAL I PONCE, J. (eds.) (2007) – *Les imitations de vaixelles fines importées à la Hispania Citerior (siècles I a.C.-I d.C.)*. (Série Documenta, 6). Tarragona.
- RUIVO, J. (1997) – O conflito Sertoriano no Ocidente Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários. *Archivo Español de Arqueología*, 70: 91-100.
- RUIVO, J. (1999) – Moedas do acampamento romano-republicano dos Chões de Alompé (Santarém). In CENTENO, R. – GARCIA BELLIDO, M. – MORA, G. (eds.) – *Rutas, Ciudades y Moneda en Hispania. Actas del II Encuentro Peninsular de Numismática antigua*. (Anejos de Archivo Español de Arqueología, XX). Madrid: 101-110.
- RUIVO, J. – SALES, P. – LOURENÇO, S. – BARROS, P. (2015) – O tesouro romano-republicano do Casal Ascenso Antunes (Ferreira do Zêzere, Santarém, Portugal). *Conimbriga*, LIV: 133-156.
- RUIZ MONTES, P. – PEINADO ESPINOSA, M. – AYERBE LÓPEZ, J. – GÓMEZ TIMON, P. – GARCIA-CONSUEGRA FLORES, J. – MORCILLO MATILLAS, J. – RODRIGUEZ AGUILERA, J. – GÓMEZ FERNANDEZ, A. – CISNEROS MORENO, J. – LÓPEZ HERNANDEZ, R. – MARCON, C. – MORENO ALCAIDE, M. – SERRANO ARNAEZ, B. (2013) – Producción de cerámica en el *ager iliberritanus* hacia fines de la República: el asentamiento productivo de Parque Nueva Granada. In BERNAL CASASOLA, D. – JUAN TOVAR, L. C. – BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. – DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. – SÁEZ ROMERO, A. M. (coords.) – *Hornos, talleres y focos de producción alfarera en Hispania: I Congreso Internacional de SECAH, Ex Oficina Hispana, Cádiz 3-4 de marzo de 2011*. Vol. 1. Cádiz: 307-316.
- SÁEZ ROMERO, A. M. – BERNAL CASASOLA, D. – GARCÍA VARGAS, E. – DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) – Ramon T-7433 (Costa Bética). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo*. URL: <http://amphorae.icac.cat/amphora/ramon-t-7433-baetica-coast>.
- SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el sur y oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*, 28: 153-182.
- SILVA, C. T. – SOARES, J. (coords.) (2021) – *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. (Setúbal Arqueológica, 20). Setúbal.
- SORIA, V. (2013) – Imitações em pasta cinzenta de cerâmicas de verniz negro itálicas durante o período tardo-republicano encontradas em Portugal In JIMÉNEZ ÁVILA, J. – BUSTAMANTE ALVÁREZ, M. – GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular (Villafranca de los Barros - Badajoz, 4-6 octubre 2012)*. Villafranca de los Barrios: 1361-1388.
- SORIA, V. (2018) – *La ceramica a vernice nera italica e le imitazioni a impasto grigio in Portogallo tra il II e il I secolo a.C.: una prospettiva di studio*. Tese de Doutoramento no Ramo de História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Inédita. URL: <http://hdl.handle.net/10451/35096>
- SOUSA, E. (2009) – *A cerâmica de Tipo Kuass no Algarve*. (Cadernos da UNIARQ, 4). Lisboa.
- SOUSA, E. – ARRUDA, A. (2014) – A cerâmica comum romano-republicana de Monte Molião (Lagos). *Onuba. Revista de Arqueologia y Antigüedad*, 2: 55-90.
- SOUSA, E. – PEREIRA, T. R. (2021) – A Cerâmica comum. In SILVA, C. T. da – SOARES, J. (coords.) – *O Castro de Chibanes na conquista romana. Intervenções arqueológicas de 1996 a 2017*. (Setúbal Arqueológica, 20). Setúbal: 149-228.
- SOUSA, E. – PEREIRA, T. – ALVES, C. (2015) – Novos dados sobre a ocupação romano-republicana do Algarve Ocidental: cerâmica comum e outros objectos da Urbanização do Moleão (Lagos, Portugal). *Conimbriga* 54: 81-131.
- ULBERT, G. (1984) – *Cáceres el Viejo. Ein Spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch Estremadura*. (Madriider Beitrage, 11). Mainz-am-Rhein.



## POLÍTICA EDITORIAL

### *Objectivos*

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. A partir do volume 1 (2017), a Revista Ophiussa converte-se numa edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

### *Periodicidade*

A Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro semestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

### *Secções da revista*

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e resenhas bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as resenhas bibliográficas.

Os autores / editores que pretendam apresentar uma obra para resenha devem enviar dois exemplares para a direcção da Revista Ophiussa: um para o autor/autora da resenha que será convidado para o efeito e outro para a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Aceita-se igualmente a apresentação de propostas de resenhas espontâneas.

Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

### *Processo de avaliação por pares*

Os artigos submetidos são sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (double blind peer review).

Todas as submissões (artigos e resenhas) serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os artigos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / double blind peer review (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica.

O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores.

A lista dos avaliadores será publicada em ciclos de 3 anos, indicada no final da Revista Ophiussa (versão impressa e digital).

### *Ética na publicação*

A Revista Ophiussa segue as orientações estabelecidas pelo Committee on Publication Ethics (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>

Apenas serão publicados artigos originais. Para efeito de detecção de plágio ou duplicidade será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.orkund.com/pt-br/>). Serão rejeitadas práticas como a deformação ou invenção de dados. Os autores têm a responsabilidade de garantir que os trabalhos são originais e inéditos, fruto do consenso de todos os autores e cumprem com a legalidade vigente, dispondo de todas autorizações necessárias. Os artigos que não cumpram com estas normas éticas serão rejeitados.

As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica.

O conteúdo dos trabalhos é da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas.

Serão considerados os seguintes princípios éticos:

#### 1) RESPONSABILIDADE

A Revista Ophiussa através dos editores e autores tem a responsabilidade absoluta de aprovação, condenando todas as más práticas da publicação científica.

## 2) FRAUDE CIENTÍFICA:

A Revista Ophiussa procurará detectar manipulação e falsificação de dados, plágio ou duplicidade, com os mecanismos de detecção adequados.

## 3) POLÍTICA EDITORIAL E PROCEDIMENTOS

a) Os autores devem ter participado no processo de investigação e do processo de revisão, devendo garantir que os dados incluídos são reais e autênticos e estando obrigados a emitir retracções e correcções de erros de artigos publicados;

b) Os revisores devem efectuar uma revisão objectiva e confidencial e não ter conflitos de interesse (investigação, autores ou financiadores), devendo indicar obras publicadas relevantes que não foram citadas;

c) Na detecção de fraude ou má prática em fase de avaliação deve ser indicada pelos revisores e na fase de pós publicação por qualquer leitor.

d) Em caso de detecção de más práticas em fase de avaliação ou de detecção de artigos publicados previamente, o Conselho Editorial remeterá a ocorrência ao autor estabelecendo um prazo de 7 dias para esclarecimento, sendo posteriormente avaliada pelo Conselho de Redacção. Em fase de pós publicação, o Conselho Editorial poderá arquivar ou determinar a retratação num número seguinte, indicando-se os trâmites prévios.

### *Política de preservação de arquivos digitais*

A revista garante a acessibilidade permanente dos objectos digitais através de cópias de segurança, utilização de DOI, integrando a rede Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), que gera um sistema de arquivo descentralizado.

Relativamente ao auto-arquivo, a revista integra também o Sherpa/Romeu

(<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

### *Política de acesso aberto*

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento. A edição segue as directrizes Creative Commons (licença CC/BY/NC/ND 4.0).

A publicação de textos na Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada em acesso livre.

Para mais informações contactar:

[ophiussa@letras.ulisboa.pt](mailto:ophiussa@letras.ulisboa.pt)

## EDITORIAL POLICY

### *Objectives*

*Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started under the direction of Victor S. Gonçalves in 1996, with the edition of volume 0. After Volume 1 (2017) it became a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (ISSN 1645-653X / E-ISSN 2184-173X).

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

### *Periodicity*

*Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

### *Journal sections*

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

Authors / editors wishing to submit a book for review should send two copies to the direction of Revista Ophiussa: one to the author of the review who will be invited for the purpose and another to the Library of the School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. Spontaneous proposals are also accepted.

Papers written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

### *Peer review process*

Submitted articles are subject to a double blind peer-review evaluation process.

All submissions (articles and reviews) will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal editing standards. Articles that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peer-review process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by UNIARQ direction and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality.

The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case, up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors.

The list of reviewers will be published in 3-year cycles, indicated at the end of *Ophiussa* (printed and digital version).

#### *Publication ethics*

The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

Only original papers will be published. For the purpose of detecting plagiarism or duplicity, the URKUNDU platform (<https://www.orkund.com/pt-br/>) will be used. Practices such as the deformation or invention of data will be rejected. Authors are responsible for ensuring that the works are original and unpublished, the result of the consensus of all authors, and comply with current legality, having all necessary authorizations. Articles that do not comply with these ethical standards will be rejected.

Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition.

The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board.

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published.

The following ethical principles will be considered:

##### 1) RESPONSIBILITY:

*Ophiussa* through its editors and authors has the absolute responsibility for approval, condemning all bad practices of scientific publication.

##### 2) SCIENTIFIC FRAUD

*Ophiussa* will seek to detect manipulation and falsification of data, plagiarism or duplicity, with the appropriate detection mechanisms.

##### 3) Editorial policy and procedures:

a) Authors must have participated in the research process and in the review process, and must ensure that the data included is real and authentic and are obliged to issue retractions and corrections of errors of published articles;

b) Reviewers must carry out an objective and confidential review and have no conflicts of interest (research, authors or funders), and must indicate relevant published works that were not cited;

c) In the detection of fraud or malpractice in the evaluation phase, it must be indicated by the reviewers and in the post-publication phase by any reader.

d) In case of detection of bad practices in the evaluation phase or of detection of previously published articles, the Editorial Board will send the occurrence to the author, establishing a period of 7 days for clarification, which will be subsequently evaluated by the Editorial Board. In the post-publication phase, the Editorial Board may file or determine the retraction in a subsequent issue, indicating the previous procedures.

#### *Digital file preservation policy*

The journal guarantees the permanent accessibility of digital objects through backup copies and use of DOI, integrating the Public Knowledge Project's Private LOCKSS Network (PKP-PLN), which generates a decentralized file system.

Regarding the self-archiving, the magazine also includes Sherpa/Romeu (<https://v2.sherpa.ac.uk/id/publication/41841>).

#### *Open access policy*

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. It follows Creative Commons guidelines (license CC/BY/NC/ND 4.0).

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of School of Arts and Humanities of the University of Lisbon. It also has a digital version, in color, available in open access.

For more information contact:  
[ophiussa@letras.ulisboa.pt](mailto:ophiussa@letras.ulisboa.pt)



## **AVALIADORES OPHIUSSA (2021-2023)**

Adriano Orsinger  
Albert Ribera Lacomba  
Ana Delgado Hervas  
Ana Margarida Arruda  
Ana Maria Niveau de Villedary y Mariñas  
António Faustino Carvalho  
Artur Ribeiro  
Carlos P. Odriozola  
Catarina Costeira  
Catarina Viegas  
César Neves  
Chris Jarret  
Cleia Detry  
Corina Liesau  
Daniel Mateo Corredor  
David González-Álvarez  
Enrique García Vargas  
Esther Rodríguez González  
Feliciano Sala-Sellés  
Francisco Gomes  
Horacio Gonzalez Cesteros  
Javier Heras Mora  
Jesús Acero Pérez  
Joan Daura  
João Fonte  
João Luís Cardoso  
João Marreiros  
Joaquina Soares  
José Carlos Quaresma  
José Clemente Martin de la Cruz  
José Ruivo  
Leonardo Garcia Sanjuan  
Lourdes Roldán Gómez  
Macarena Bustamante Álvarez  
Manuel Santonja  
María Isabel Rodríguez López  
Maria João Valente  
Maria José de Almeida  
Mariana Diniz  
Mariano Torres Ortiz  
Marta Diaz-Guardamino  
Marta Moreno García  
Montserrat Sanz  
Rafael Garrido Pena  
Rafael Martinez  
Ricardo Costeira da Silva  
Rui Gomes Coelho  
Rui Morais  
Sergio Escribano Ruiz  
Tânia Casimiro  
Telmo Pereira  
Victor S. Gonçalves

## ÍNDICE

Os bifaces da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal): uma (re)interpretação CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	5
O Neolítico Médio no sítio de ar livre da Costa do Pereiro (Torres Novas) ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO, NATHALIE ANTUNES-FERREIRA, JUAN FRANCISCO GIBAJA	31
Pipas (Reguengos de Monsaraz, Évora): um sítio dos inícios do Neolítico Médio do Sul de Portugal CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES	61
A questão dos enterramentos em urna na Idade do Ferro do Sul de Portugal: uma revisão integrada FRANCISCO B. GOMES	95
A ocupação romana republicana do sítio de Eira da Alorna (Almeirim) JOÃO PIMENTA	121
O sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo, Coimbra) – Novas considerações acerca do seu posicionamento na rede viária romana INÉS RASTEIRO	141
Recensões bibliográficas (TEXTOS: ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, JUAN ANTONIO HERNÁNDEZ GENTO, ANA ANDÚJAR SUÁREZ, DANIEL CARVALHO, FREDERICO AGOSTO)	161
<i>In memoriam</i> Grégor Marchand (1968-2023)	183
Política editorial	187
Editorial policy	188
Avaliadores Ophiussa (2021-2023)	191